



RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2016



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Índice

1.	Introdução	3
2.	Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida	3
2.1.	Receita	3
2.1.1.	Grau de Execução Orçamental da Receita	3
2.1.2.	Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos).....	4
2.2.	Despesa.....	6
2.2.1.	Grau de Execução Orçamental Total.....	6
2.2.2.	Grau de Execução Orçamental da Despesa por Orgânica	6
2.2.3.	Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica.....	7
2.2.4.	Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos).....	7
2.3.	Grandes Opções do Plano	9
2.3.1.	Investimento anual por Objetivo e Programa	9
2.3.2.	Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	11
3.	Quadro evolutivo da situação económica e financeira	12
3.1.	Análise do Balanço	12
3.1.1.	Ativo	12
3.1.1.1.	Fundo de Apoio Municipal	12
3.1.1.2.	Outros Devedores – Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M....	13
3.1.2.	Passivo.....	13
3.1.2.1.	Provisões para riscos e encargos	13
3.2.	Demonstração de Resultados	13
3.2.1.	Custos e Perdas	14
3.2.1.1.	Custo das Mercadorias Vendidas	14
3.2.1.2.	Provisões do Exercício	14
3.2.1.3.	Custos e Perdas Extraordinárias	14
3.2.2.	Proveitos e Ganhos	14
3.2.2.1.	Vendas e Prestação de Serviços	14
3.2.2.2.	Impostos e Taxas	14
3.2.2.3.	Proveitos e Ganhos Extraordinários	14
4.	Análise Financeira - Rácios.....	15
4.1.	Evolução da dívida do Município	15
4.2.	Indicadores de Gestão	15
4.2.1.	Indicadores de natureza orçamental	16
4.2.2.	Indicadores de natureza financeira	17
5.	Proposta de aplicação de resultados.....	18

Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução.....	3
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica	5
Figura 3 – Grau de Execução	6
Figura 4 – Grau de Execução (Orgânica).....	7
Figura 5 – Grau de Execução (Económica).....	7
Figura 6 – Valor (Relat.) / Rubrica	8
Figura 7 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.).....	9
Figura 8 – Montante Executado / Funções / Programa	10
Figura 9 – Grau de Execução Total Anual.....	12
Figura 10 – Capital em Dívida	15
Figura 11 – Receita Cobrada / Despesa Paga.....	16
Figura 12 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)	17

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita	4
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva	4
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica	5
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital.....	5
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas.....	8
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano	11
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental	16
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira	17

1. Introdução

Em cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2016 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de uma forma breve uma síntese do que foi o ano de 2016, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano de 2015.

Este por sua vez, encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

2.1. Receita

2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município fez algumas alterações orçamentais ao longo do ano como forma de ajustar algumas rubricas à evolução da despesa, tendo ainda procedido a alterações orçamentais na receita.

Esta última, evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo sido obtido um grau de execução na ordem dos 95%. Relativamente a este último, considerou-se pertinente efetuar uma abordagem comparativa com períodos homólogos utilizando para o efeito a seguinte figura:

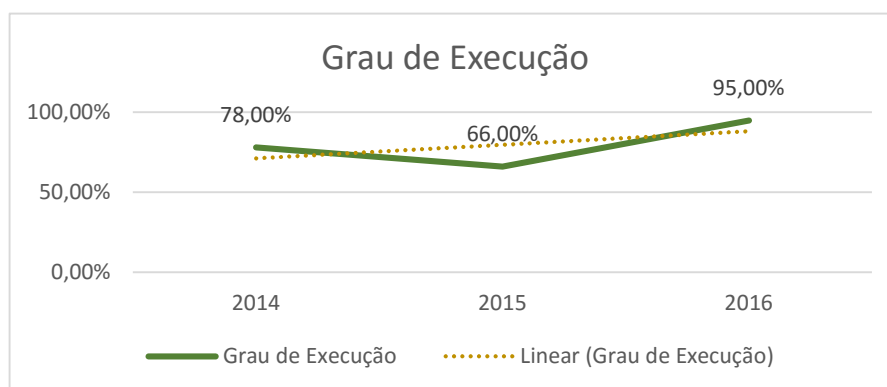


Figura 1 - Grau de Execução

Importa salientar a evolução significativa deste rácio em 2016 com uma subida de 29 pontos percentuais em relação a 2015, evidenciando o bom dimensionamento orçamental inicialmente efetuado.

O grau de execução referido encontra-se repartido pelas seguintes rubricas conforme ilustra a tabela seguinte:

	%		
Rubricas	2016	2015	2014
01 – Impostos diretos	89,81	99,64	152,92
02 – Impostos indiretos	55,10	61,35	49,70
04 – Taxas, multas e outras penalidades	106,38	64,95	48,12
05 – Rendimentos da propriedade	104,68	104,55	72,07
06 – Transferências correntes	95,72	89,77	100,13
07 – Venda de bens e serviços correntes	101,92	105,44	116,85
08 – Outras receitas correntes	25,00	33,21	0,32
09 – Venda de bens de investimento	0,00	20,58	237,53
10 – Transferências de capital	97,36	16,50	20,64
11 – Ativos financeiros	790,33	790,33	76,79
13 – Outras Receitas de Capital	1029,33	0,00	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	1110,57	65,64	512,64

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita

2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

	€
Rubricas	2016
01 – Impostos diretos	617.227,76
02 – Impostos indiretos	5.014,40
04 – Taxas, multas e outras penalidades	16.168,97
05 – Rendimentos da propriedade	423.550,69
06 – Transferências correntes	6.161.669,17
07 – Venda de bens e serviços correntes	564.965,23
08 – Outras receitas correntes	25.282,65
09 – Venda de bens de investimento	-
10 – Transferências de capital	699.806,65
11 – Ativos financeiros	480,00
13 – Outras Receitas de Capital	3.088,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	11.105,71
Total	8.528.359,23

Tabela 2 – Receita cobrada efetiva

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 10 – Transferências de Capital, 01 – Impostos diretos, 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes e a 05 – Rendimentos da Propriedade.

Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se descremina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.

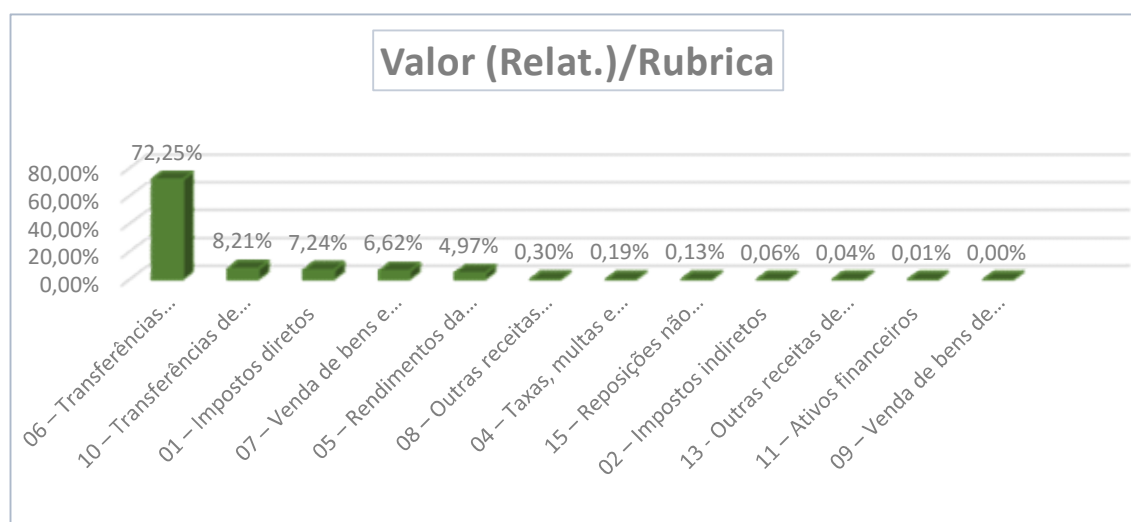


Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspetiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 98,61 % do total da receita cobrada.

%

Rubricas	2016
01 – Impostos diretos	7,24
05 – Rendimentos da propriedade	4,97
06 – Transferências correntes	72,25
07 – Vendas de bens e serviços correntes	6,62
10 – Transferências de capital	8,21
Total	98,61

Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica

Da análise da tabela constata-se que, as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial destaque uma vez que representa aproximadamente 80,46% do total da receita arrecada. Nesse sentido considera-se pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

€

Rubricas	2016	2015	2014
Transferências do orçamento do Estado	6.596.779,00	6.515.140,00	6.214.890,00
Outros	196.096,87	170.430,10	191.125,55
Exterior (Fundos comunitários)	68.599,95	171.676,06	120.376,69

Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital

2.2. Despesa

2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2016 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 93,09% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2015 e 2014, utilizando para o efeito a figura seguinte:

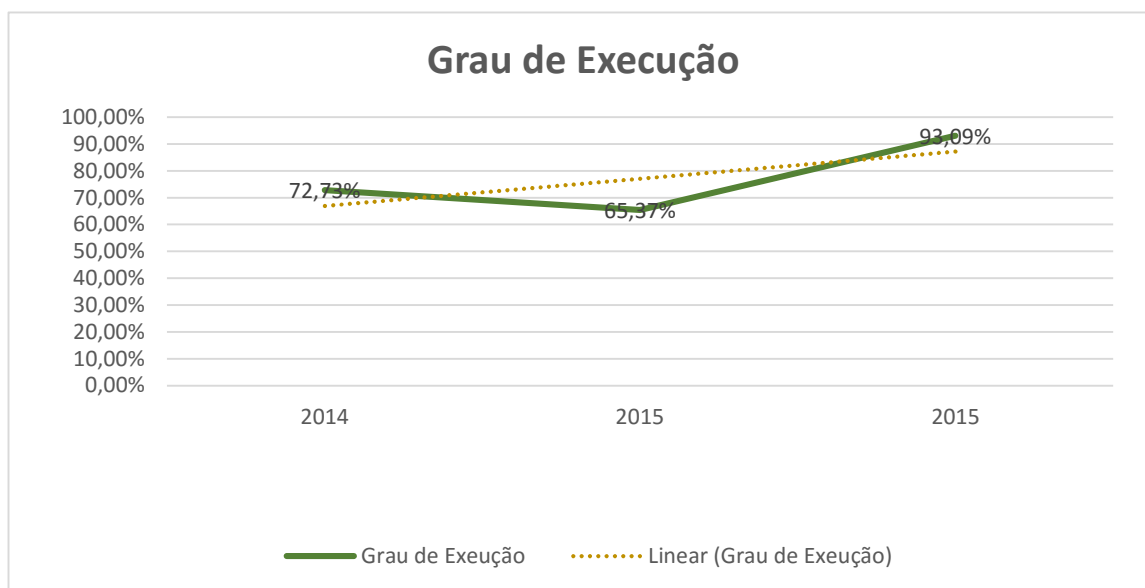


Figura 3 – Grau de Execução

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores apesar da tendência crescente evidenciada.

Importa salientar o valor de execução em 2016 de 93,09% evidenciando a eficiência no dimensionamento do orçamento para o respetivo ano, como já anteriormente havia sido referido aquando da análise da execução orçamental da receita.

2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Orgânica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental da despesa por classificação orgânica em relação ao total orçamentado:

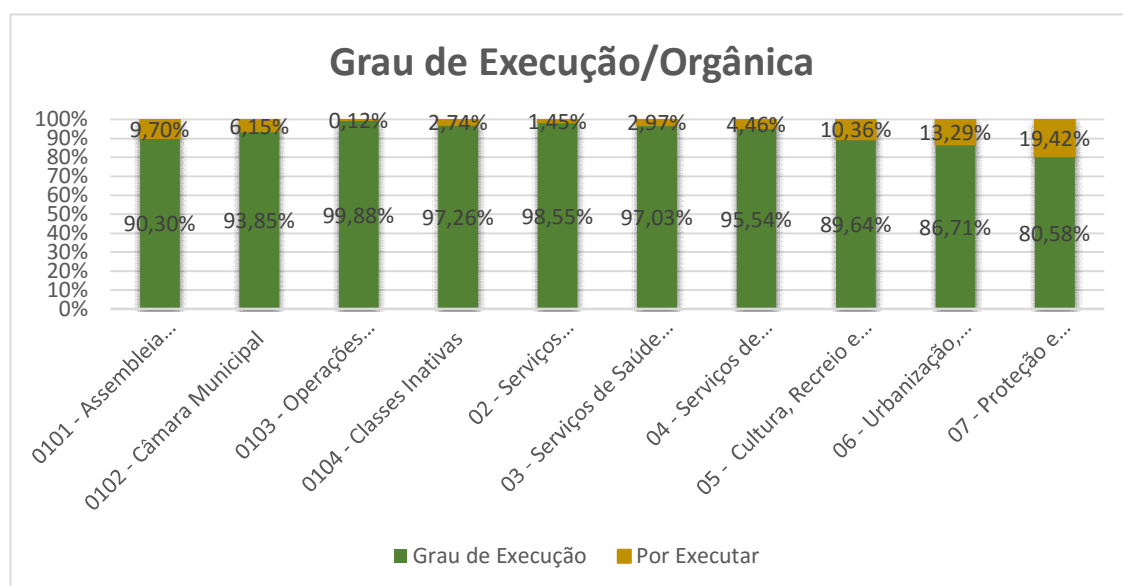


Figura 4 – Grau de Execução (Orgânica)

2.2.3. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

À semelhança do ponto anterior, importa ainda referir, a título informativo, a execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:

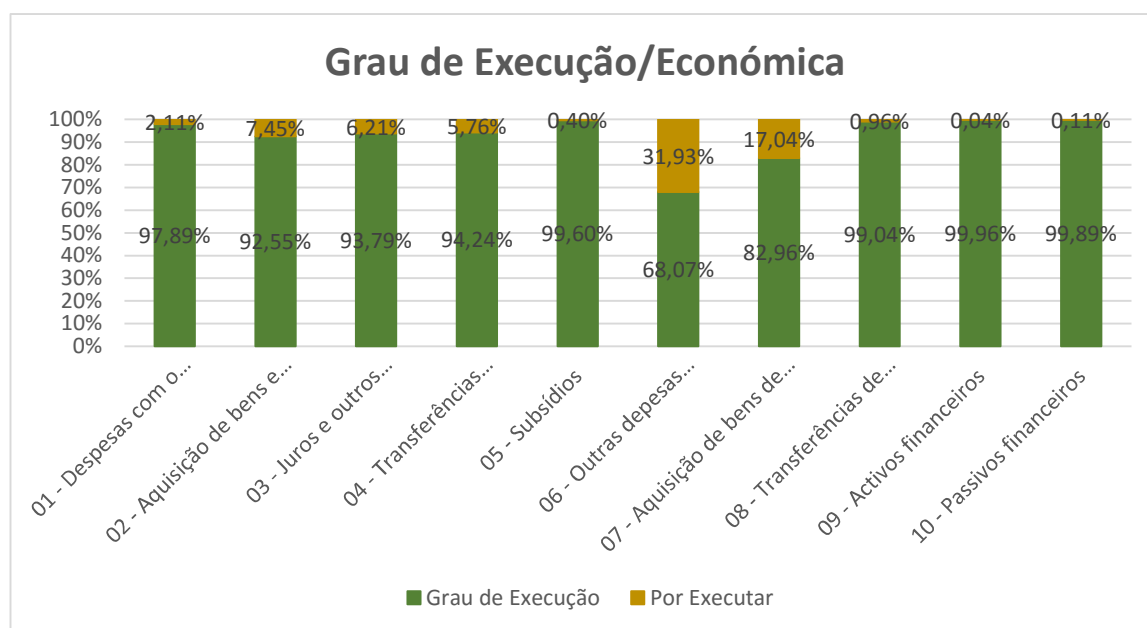


Figura 5 – Grau de Execução (Económica)

2.2.4. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

€

Rubricas	2016
01 - Despesas com o pessoal	2 767 282,07
02 - Aquisição de bens e serviços	3 363 887,22
03 - Juros e outros encargos	86 513,82
04 - Transferências correntes	1 098 514,97
05 - Subsídios	25 000,00
06 - Outras despesas correntes	78 415,89
07 - Aquisição de bens de capital	1 143 163,79
08 - Transferências de capital	283 111,74
09 - Activos financeiros	72 570,00
10 - Passivos financeiros	315 595,09
Total	9 234 054,59

Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas

Da análise da tabela verifica-se que, a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 01 – Despesas com o pessoal, rubrica 07 – Transferências de capital e a rubrica 04 – Transferências correntes. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:

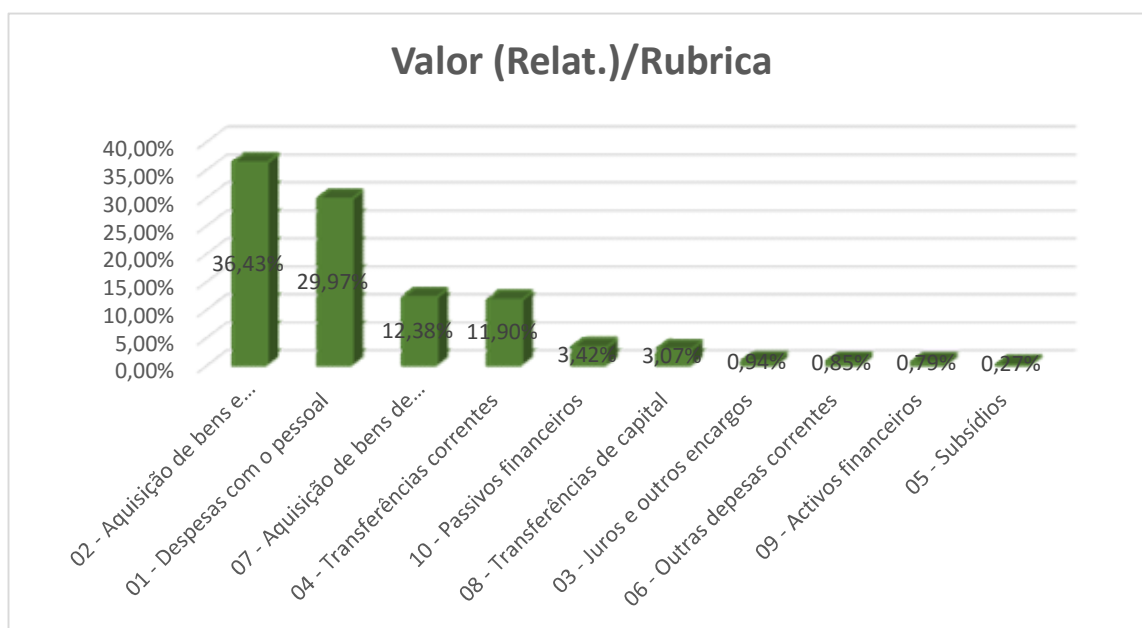


Figura 6 – Valor (Relat.) / Rubrica

A figura 6 evidencia explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 02, 01, 07 e 04 correspondem a 90,67% do total da despesa paga,

encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

2.3. Grandes Opções do Plano

2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

O Município ao longo do ano 2016 canalizou investimento para implementar e executar determinados Projetos associados a Programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos Objetivos (Funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se as seguintes figuras, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por Objetivo em termos absolutos e relativos.

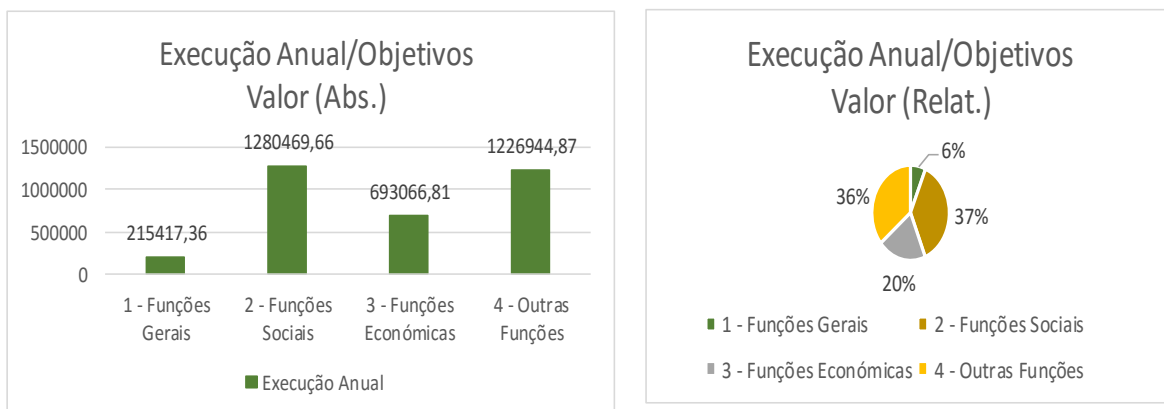


Figura 7 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)

Da análise das figuras supra verifica-se que, a maior percentagem de investimento vai para as Funções *Sociais* e *Outras Funções* que absorvem cerca de 37% e 36% respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2016 (GOP 2016), analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.

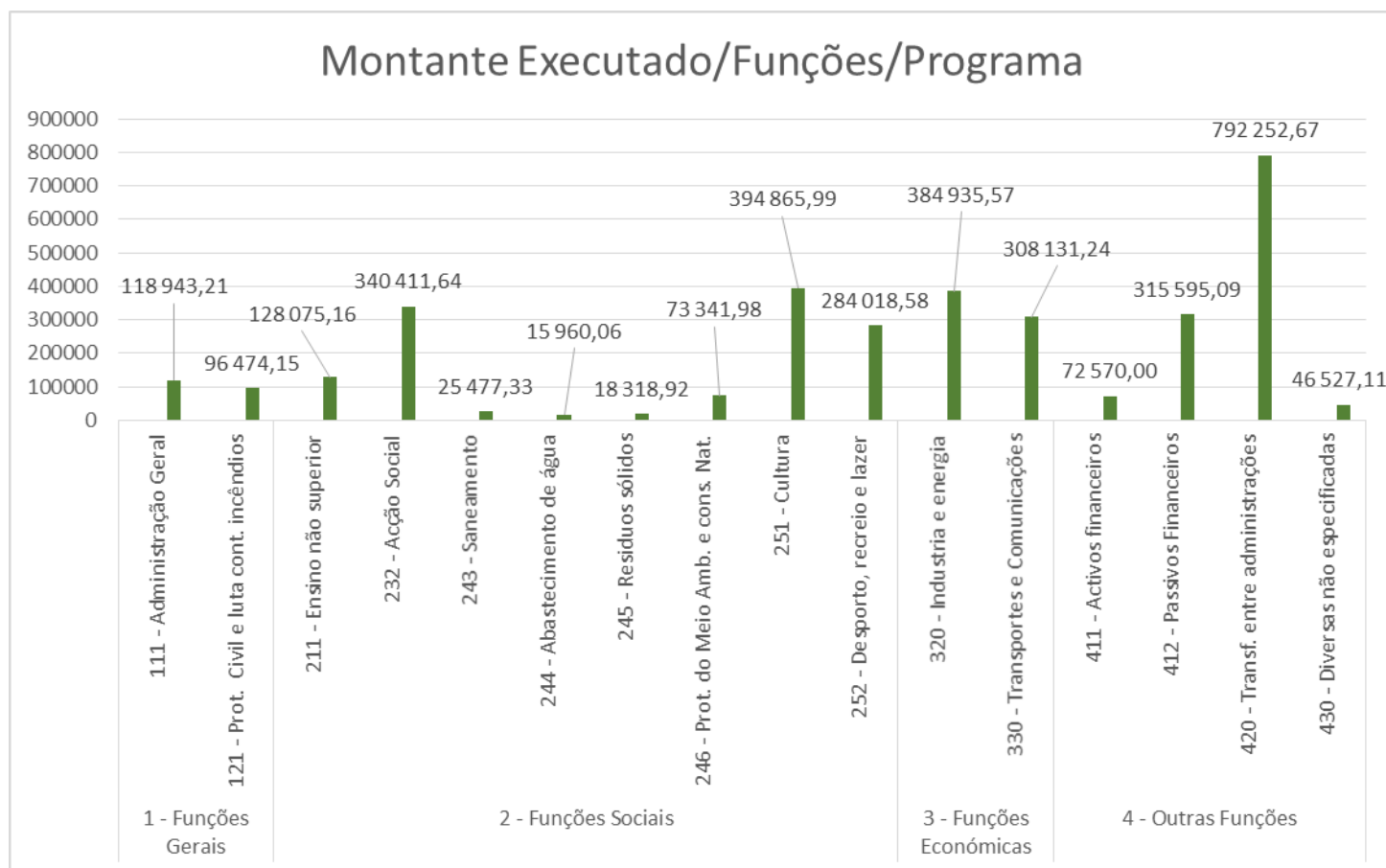


Figura 8 – Montante Executado / Funções / Programa

Observando a figura 8 constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai nos objetivos gerais 2 – *Funções Sociais* e 4 – *Outras Funções* distribuído pelos programas apresentados e que, no seu acumulado representam aproximadamente 73,40% do montante total executado nas GOP 2016.

Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas justificando assim os valores apresentados.

Escrutinando o objetivo geral 4 – *Outras Funções* deparamo-nos com o Programa com maior expressão 420 – *Transferências entre entidades*, o valor aí inscrito corresponde a todas as transferências tanto correntes como de capital que o Município concede a diversas entidades como por exemplo às Freguesias, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo e demais entidades enquadradas na rubrica. Ainda de referir o valor expresso no programa 412 – *Passivos Financeiros* relativamente à amortização de empréstimos e que, embora não assuma uma vertente de investimento propriamente é um fluxo de saída significativo no processo de gestão orçamental do Município.

Analisando o objetivo geral 2 – *Funções Sociais* verificamos que o programa 251 – *Cultura* apresenta maior expressão justificado por, programas/ações de incentivo e iniciativas/eventos de carácter cultural, seguidamente surge o programa 232 – *Ação Social* que se pode justificar entre

outros com os montantes gastos com o Cartão de Saúde Municipal, Programa de Incentivo a Natalidade e várias Reabilitações de Habitações.

Importa ainda salientar os montantes afetos ao objetivo geral 3 – *Funções Económicas* nomeadamente aos programas 320 – *Indústria e Energia* e 330 – *Transportes e Comunicações* e que dizem respeito a valores destinados à Iluminação Pública e ao Melhoramento da Mobilidade interna, respetivamente.

2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Considerando que, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no orçamento efetuado e como tal um indicador que apresenta algumas limitações na sua análise sem do contudo importante no sentido de se perceber a eficiência e precisão no dimensionamento dos montantes inicialmente assumidos por comparação com o realmente executado. Nesse sentido achámos pertinente fazer uma abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
1 - Funções Gerais	111 - Administração Geral	92,89%
	121 - Proteção civil e luta contra incêndios	97,25%
2 - Funções Sociais	211 - Ensino não superior	77,50%
	232 - Acção Social	99,27%
	243 - Saneamento	99,90%
	244 - Abastecimento de água	99,44%
	245 - Resíduos sólidos	81,60%
	246 - Proteção do meio ambiente e cons.	68,82%
	251 - Cultura	97,49%
	252 - Desporto, recreio e lazer	82,00%
3 - Funções Económicas	320 - Indústria e energia	99,97%
	330 - Transportes e Comunicações	72,24%
4 - Outras Funções	411 - Activos financeiros	99,96%
	412 - Passivos Financeiros	99,89%
	420 - Transferência entre administrações	97,13%
	430 - Diversas não especificadas	99,95%

Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Torna-se claro, através de uma breve análise que o grau de execução apresenta níveis elevados revelando para o efeito a capacidade de comprometimento assumido inicialmente aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Relativamente à execução total anual e em comparação com os anos de 2014 e 2015, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:

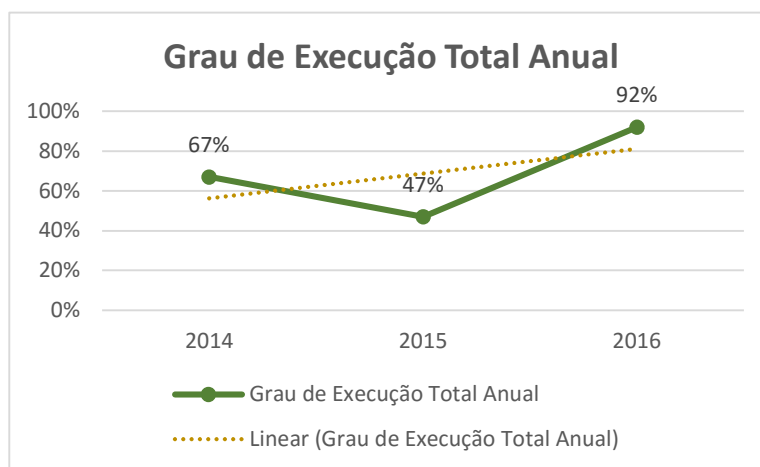


Figura 9 – Grau de Execução Total Anual

Comprova-se com a análise do gráfico apresentado aquilo que já foi referido anteriormente, evidenciando-se uma execução bastante superior ao verificado em anos transatos influenciado por um melhor dimensionamento dos documentos previsionais iniciais.

3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira

3.1. Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo em 31 de dezembro de 2016, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

3.1.1. Ativo

3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal

A conta 412 mantém o saldo a débito de 507.999,32€ correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.

De acordo com o que foi referido no Relatório de Gestão de 2015 foi efetuado durante este ano a segunda realização desse capital no montante de 72.571,00€, perfeitamente identificado na conta de terceiros 268127.

De referir que a realização será de 72.571,00€ por ano, em duas prestações anuais a ocorrer em junho e dezembro, durante os anos de 2015 a 2020, correspondendo a 2021 a valor de 72.573,32€.

3.1.1.2. Outros Devedores – Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.

A conta 268291 – Transferências Correntes apresenta no ativo um saldo devedor no valor de 406.455,09€, discriminado da seguinte forma:

- a) 406.455,09€ relativo às responsabilidades do ano transato que o Município assumiu em nome da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M. e que transitaram no saldo da conta por falta de regularização, justificado pelo processo de liquidação ainda estar em execução.
- b) 8.290,41€ relativo às responsabilidades do ano corrente que o Município assumiu em nome da empresa municipal Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.

A colocação deste ativo no Balanço foi uma opção contabilística decorrente do processo de liquidação em curso da empresa municipal e tendo em conta o teor das deliberações tomadas em sede dos órgãos executivo e deliberativo, ou seja, a assunção por parte do Município do ativo e passivo da empresa.

Ainda relativamente à Empresa Municipal, e no que concerne à revelação contabilística dos ativos e passivos, conforme aplicação do disposto de diversos artigos da Lei 50/2012 de 31 de agosto, optou-se no presente exercício por alterar tal revelação de modo que os direitos e obrigações existentes sejam apresentados autonomamente.

3.1.2. Passivo

3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos

O valor da conta 2921 – Processos Judiciais em Curso apresenta em 2016 um valor de 1.190.518,48€ apresentando uma variação em termos absolutos com o período homólogo de 187.716,70€ justificado em grande medida pelo desconhecimento de faturas anteriormente registadas na conta 221 (fornecedores C/C) e novas faturas que não foram registadas como custos de mercadorias vendidas (61) por contrapartida da 221, tais movimentos, pelo Princípio de Prudência, refletem-se na conta de provisões.

3.2. Demonstração de Resultados

No ano de 2016 após o apuramento de todos os custos e proveitos gerou um resultado líquido positivo de 517.253,49€ o que contrasta com o valor de 35.445,87€ alcançado no ano 2015, esta variação pode ser explicada desde já pelo incremento dos resultados financeiros e

extraordinários que abordaremos mais à frente. De salientar ainda variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

3.2.1. Custos e Perdas

3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas

O valor constante na conta 61 diz respeito maioritariamente ao registo de faturas de água e saneamento emitidas pela entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

3.2.1.2. Provisões do Exercício

Relativamente ao montante que constitui o saldo da conta de provisões do exercício – 67 apenas de referir que foi efetuado uma reforço de provisões de 25.022,96€ proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 6 meses e de 106.040,83€ relativas a provisões para ricos e encargos referentes a faturas da entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

3.2.1.3. Custos e Perdas Extraordinárias

O valor da conta 69 substancialmente inferior ao registado em 2015 apresentado uma variação absoluta de 884.987,50€ justificado por uma diminuição nas rubricas de transferência de capital concedidas e de correções efetuadas a exercícios anteriores.

3.2.2. Proveitos e Ganhos

3.2.2.1. Vendas e Prestação de Serviços

Relativamente a esta rubrica não existem variações significativas a considerar, estando os valores em sintonia com os registados em 2015.

3.2.2.2. Impostos e Taxas

A conta 72 – Impostos e Taxas apresenta um valor ligeiramente inferior ao registado em período homólogo, não sendo, contudo, relevante para ano.

3.2.2.3. Proveitos e Ganhos Extraordinários

O valor da conta 79, apresenta um valor inferior ao verificado em 2015 justificado principalmente por não terem existido reconhecimento de faturas da água e saneamento uma vez que já haviam sido feitas em anos transatos, nomeadamente 2015 e 2014.

4. Análise Financeira - Rácios

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

4.1. Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida mantém uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos fruto das amortizações normais efetuadas durante o ano 2016. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.

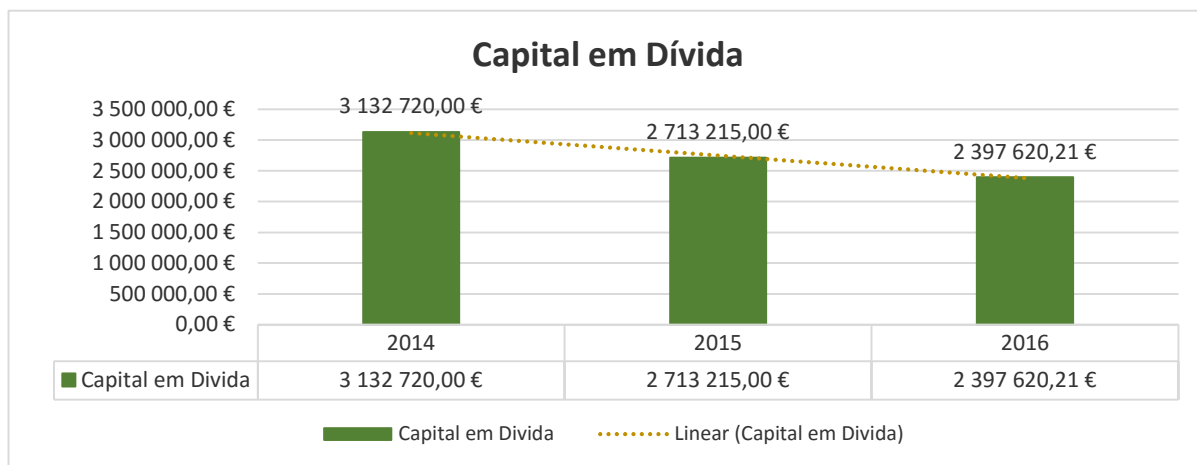


Figura 10 – Capital em Dívida

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, no entanto faz ainda parte do passivo do Município o valor de 104.710,20€ correspondente a três contratos de Leasing que tem vindo a ser amortizada segundo as condições particulares específicas de cada contrato.

4.2. Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes acompanhados de explicação dos respectivos valores, apresentado sempre que o justifique tabelas e ilustrações.

4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

Descrição	2015	2016
Cobertura das despesas pela receita	0,903	0,963
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,980	0,898
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	2,475	2,609
Peso da despesa total na receita total	1,107	1,038

Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental

Da análise dos indicadores apresentados nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total* verifica-se uma variação positiva encurtando a diferença entre a despesa total e receita total, no entanto atenção à particularidade de que as receitas totais não conseguem cobrir a totalidade das despesas totais. Este facto gere um efeito negativo no saldo de gerência tendo de ser este a suportar o défice identificado.

Esta diferença poderá ser perfeitamente verificada através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.

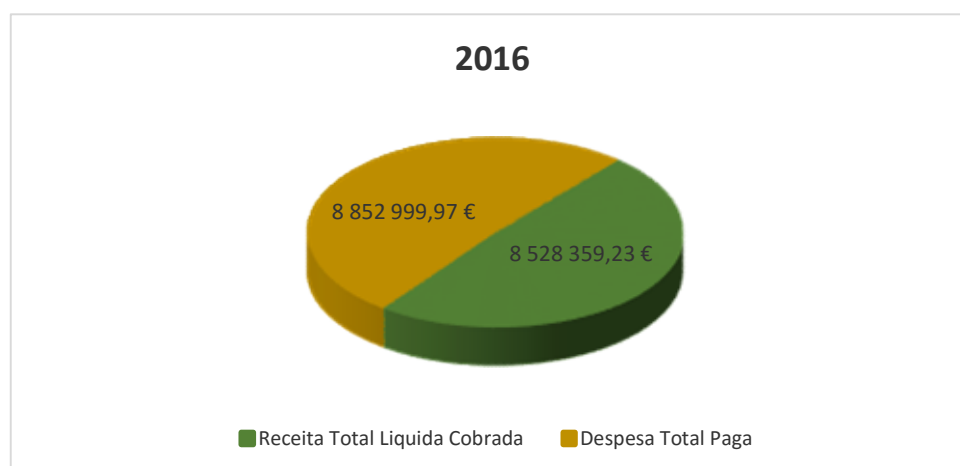


Figura 11 – Receita Cobrada / Despesa Paga

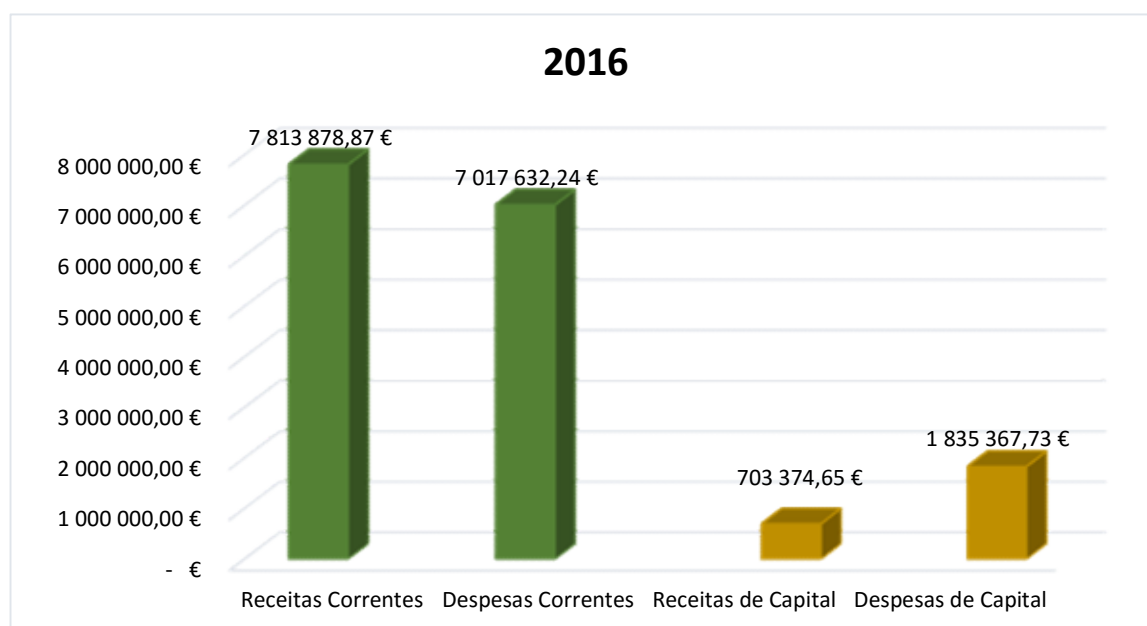


Figura 12 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)

4.2.2. Indicadores de natureza financeira

Descrição	2015	2016
Liquidez geral	0,465	0,676
Liquidez reduzida	0,454	0,652
Liquidez imediata	0,263	0,275
Solvabilidade	1,471	1,611

Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que não apresentam variações significativas. No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dívidas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dívidas a terceiros) obrigando o Município a consignar exigível de curto prazo a ativo de longa duração.

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 no entanto evidencia-se uma melhoria em relação aos valores apresentados o ano transato.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor aceitável no entanto aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus

compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado. De realçar ainda a evolução positiva deste rácio justificada nomeadamente pelo decréscimo do passivo do Município.

5. Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162/99 de 14 e Setembro, decreto-lei 315/2000 de 2 de Dezembro e decreto-lei 84-A/2002 de 5 de Abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do ativo líquido.

Por outro lado, dado que o valor do património já é superior aquela percentagem, propõe-se que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

Figueira de Castelo Rodrigo, 21 de abril de 2017

O Presidente da Câmara

(Paulo José Gomes Langrouva)